

Sessão Esclarecimentos

“Nova regulamentação do Sistema Nacional de Certificação Energética de Edifícios (Decreto-Lei nº 118/2013)”

Francisco Passos

Direção Auditoria Edifícios **ADENE**

Caldas da Rainha, 29 de Maio de 2014

Organização:



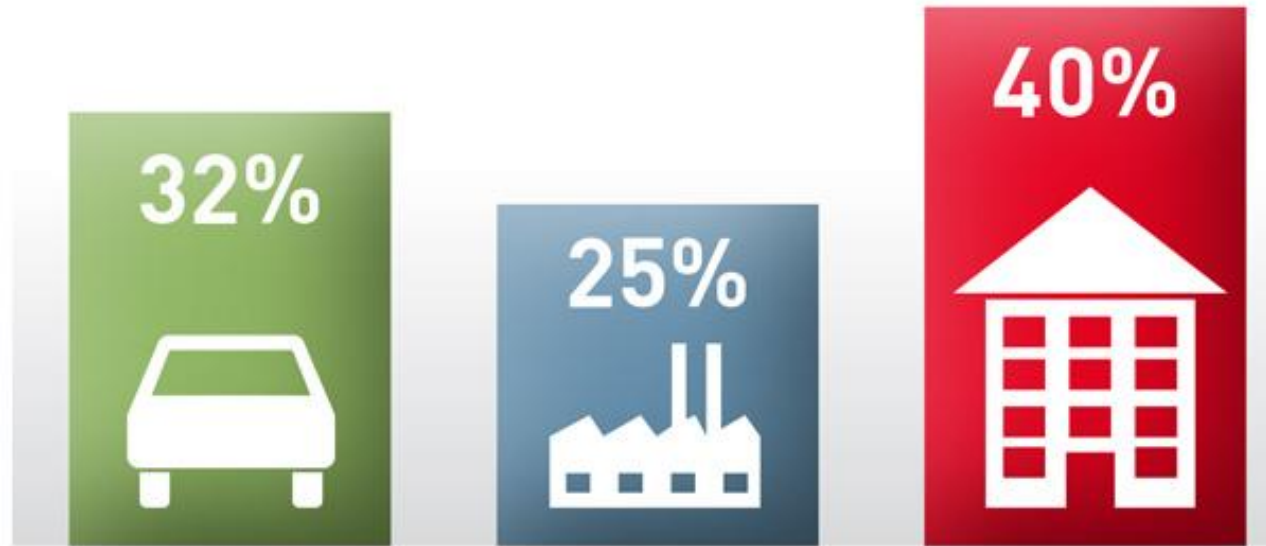
AGÊNCIA PARA A ENERGIA



- **Enquadramento legal**
- **Âmbito de aplicação do DL 118/2013 de 20 Agosto**
- **Principais requisitos regulamentares**

Consumo de energia na Europa

O setor dos edifícios é responsável por cerca de 40%



Note: Energy consumption in agriculture, fishing and "other" makes up 3% of final energy consumption, and is not included in the above figure

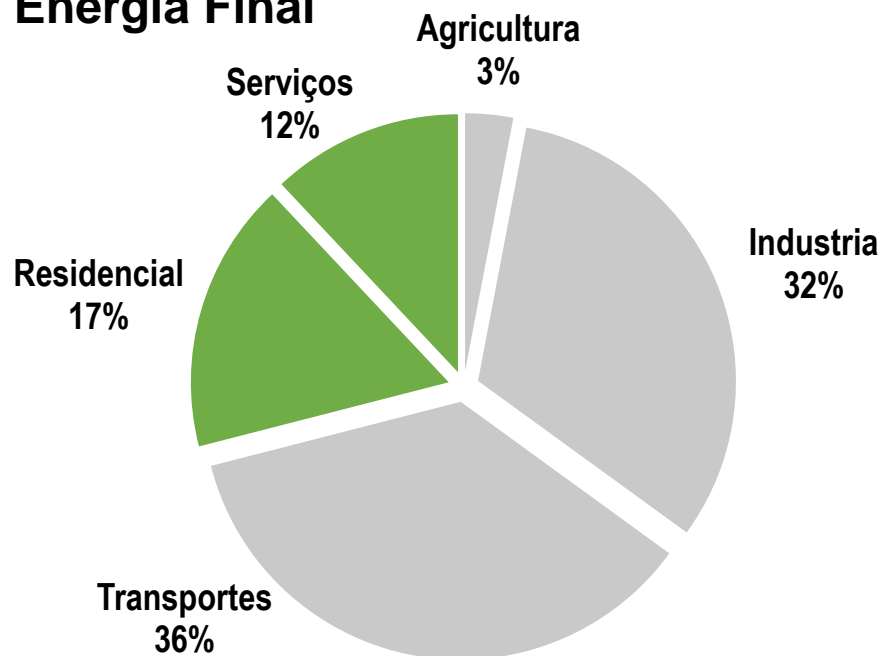
Source: DG Energy: EU Energy in Figures 2012

- 32% of all energy in the EU is used for transport
- 25% of all energy in the EU is used by industry
- 40% of all energy in the EU is used by buildings

Consumo de energia em Portugal

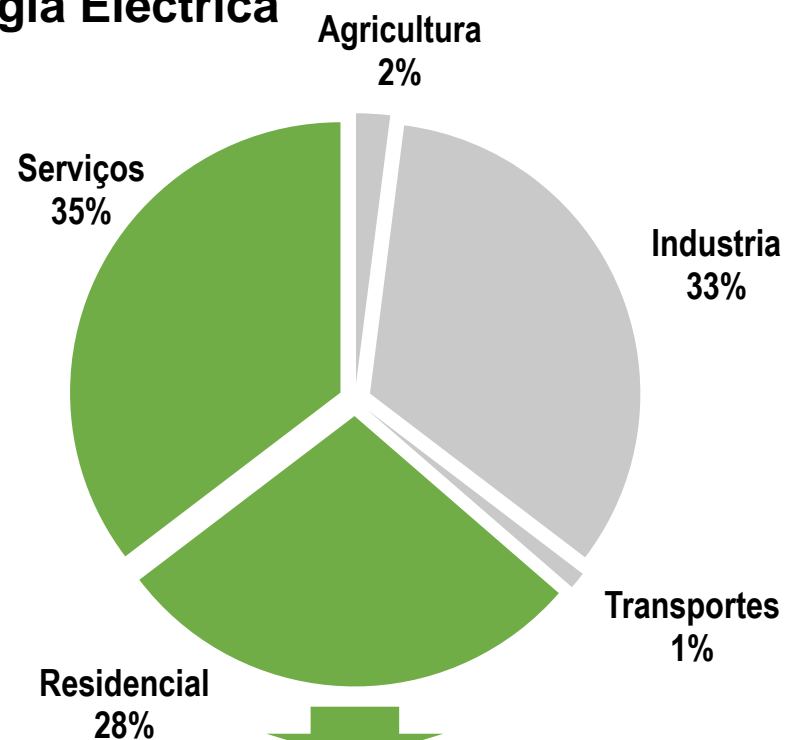
Quase um terço da energia é consumida nos edifícios

Energia Final



Edifícios
29% da energia final

Energia Eléctrica

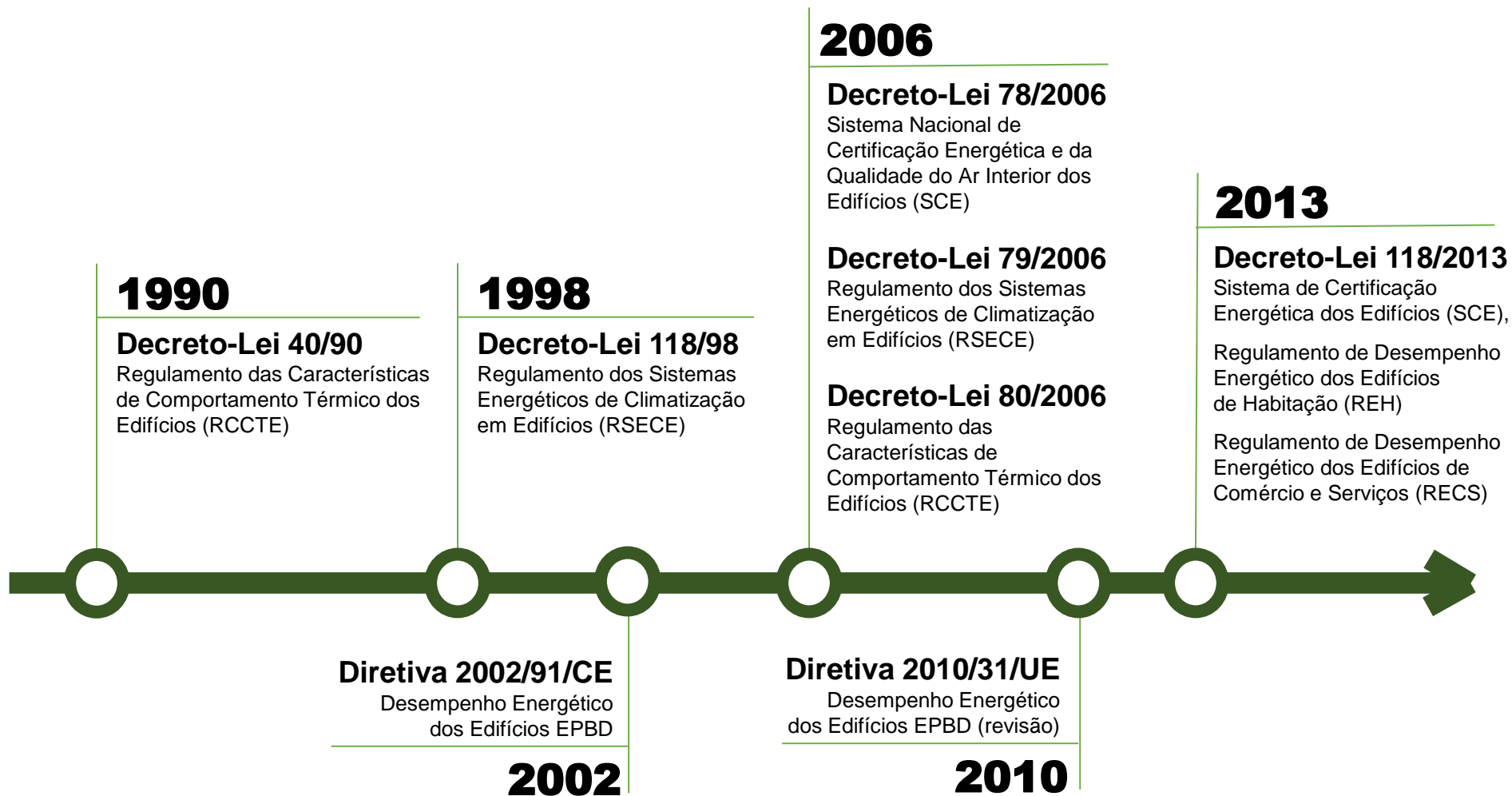


Edifícios
62% da energia elétrica



SCE

Evolução legislativa em Portugal



SCE - Enquadramento legal

Convergência num documento integrador

2006

Decreto-Lei 78/2006

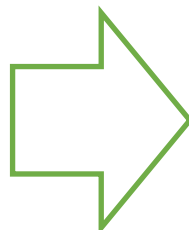
Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior dos Edifícios (SCE)

Decreto-Lei 79/2006

Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios (RSECE)

Decreto-Lei 80/2006

Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE)



2013

Decreto-Lei 118/2013

Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE)

Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação (REH)

Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços (RECS)

1. Separação clara dos âmbitos:

REH(Habitação) + RECS (Comércio e Serviços)

2. Nova organização / estrutura:

Eixos actuação vs Fases do edifício

3. Edifício/parâmetros de referência:

Definição de limites e requisitos

4. Auditorias energéticas periódicas ECS :

- 1000 m² ou 500 m²(tipologias específicas)
- > 500 m² e > 250 m² a partir de 2015 (edifícios públicos, ocupados por EP e visitados frequentemente pelo publico)

SCE - Nova legislação do SCE 2013

Diplomas publicados

Portarias

- **Decreto-Lei 118/2013** – SCE / REH / RECS
 - **Lei 58/2013** – Técnicos do SCE (requisitos e exercício da atividade)
-
- **349-A/2013** – **SCE** – Funcionamento do SCE
 - **349-B/2013** – **REH** – Requisitos de conceção e metodologias
 - **349-C/2013** – **Licenciamento** – Procedimentos licenciamento e folhas de cálculo
 - **349-D/2013** – **RECS** – Requisitos de conceção e metodologia
 - **353-A/2013** – **Ventilação e Qualidade Ar Interior** – Requisitos e metodologias
 - **66/2014** – **SCE** – Formação dos técnicos SCE e elegibilidade das ent. formadoras

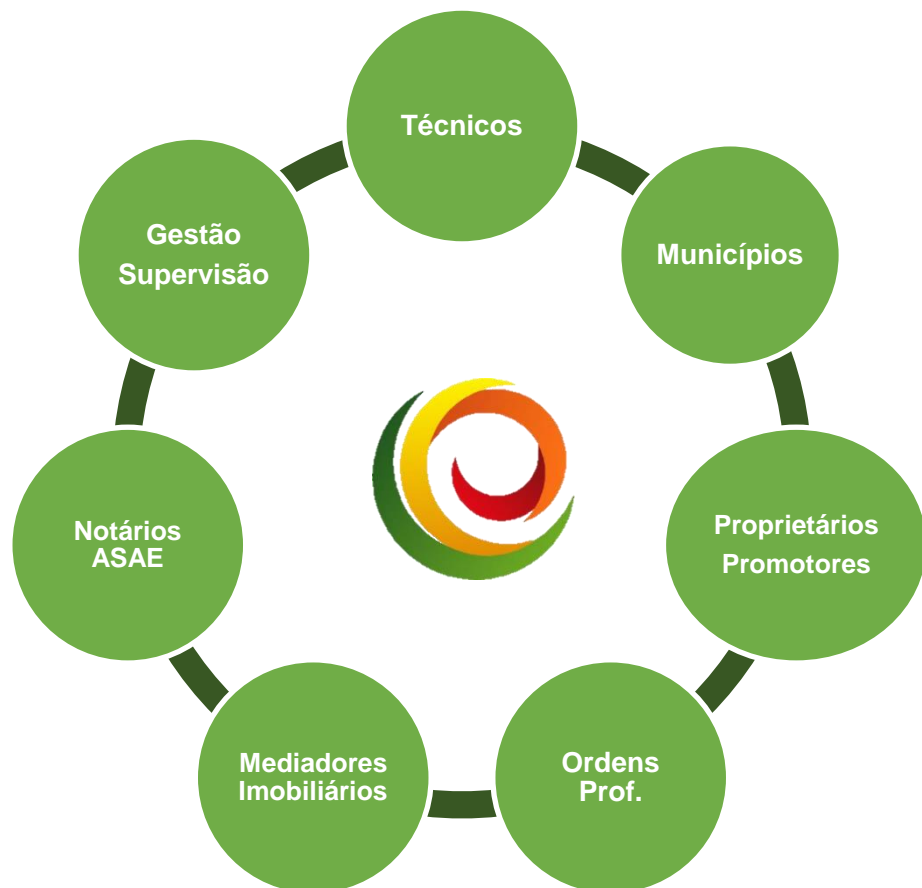
Despachos

- | | |
|---|---|
| ▪ 15793-C/2013 – Layout CE | ▪ 15793-H/2013 – Energia renovável |
| ▪ 15793-D/2013 – Fatores conversão (Fpu) | ▪ 15793-I/2013 – Necessidades REH |
| ▪ 15793-E/2013 – Regras simplificação | ▪ 15793-J/2013 – Classif. energética |
| ▪ 15793-F/2013 – Dados climáticos | ▪ 15793-K/2013 – Param. Térmicos |
| ▪ 15793-G/2013 – Receção instalações PM | ▪ 15793-L/2013 – Viabilidade económ. |

SCE - Enquadramento legal

Organização e funcionamento

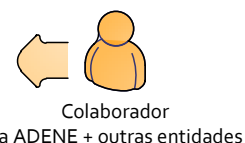
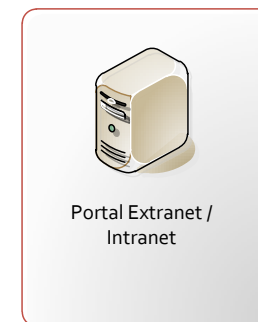
Envolvimento de diversos agentes



Registo Central



CE em PDF



Informação centralizada

- ✓ Emissão eletrónica em plataforma informática assegura recolha centralizada;
- ✓ Produção de Certificado Energético digital em PDF.

SCE - Enquadramento legal

Profissionais reconhecidos para exercer atividade de certificação

Corpo de técnico qualificados



PQ – RCCTE
PQ – RSECE-Energia
PQ – RESECE-QAI

PQ – I
Habitações(REH)
PESsC (RECS)

Lei 58/2013

PQ – II (RECS)
GES
PEScC
PESsC

Inscritos nas Ordens Profissionais



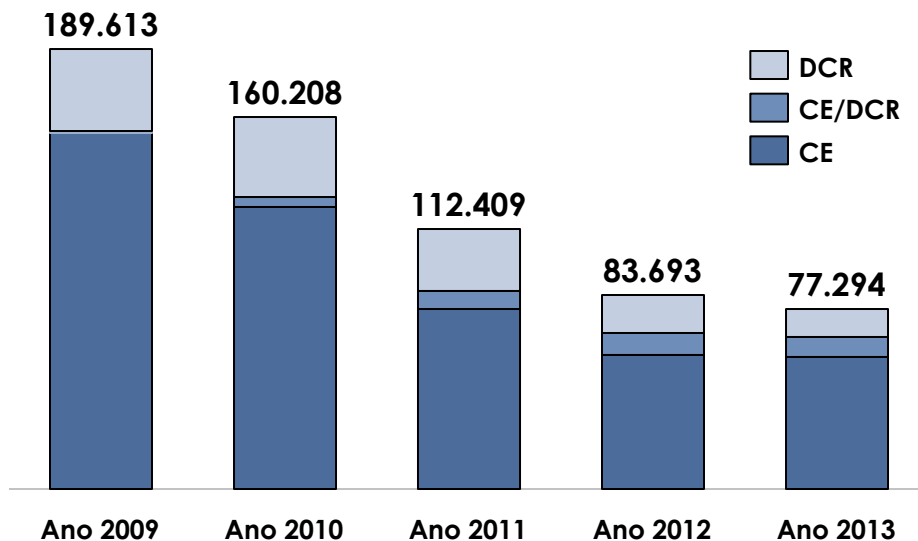
- ✓ Atuação disseminada em todo o território nacional;
- ✓ Recolha “*in-situ*” da informação para avaliação do desempenho energético.



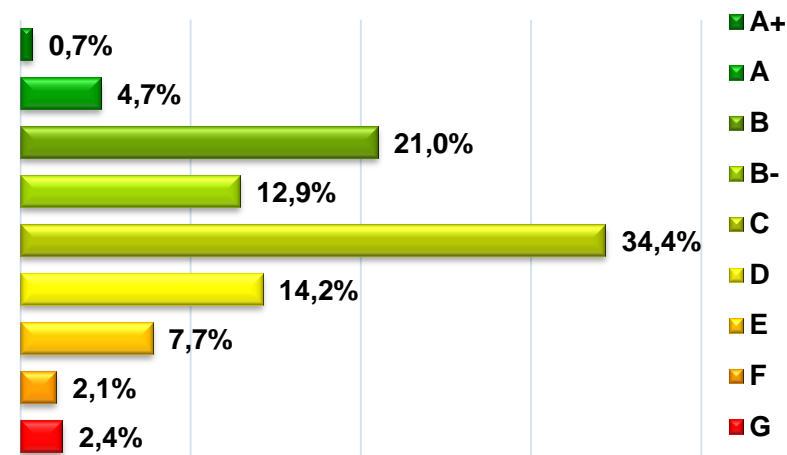
O Sistema de Certificação Energética dos edifícios

Aspetos chave do SCE nacional

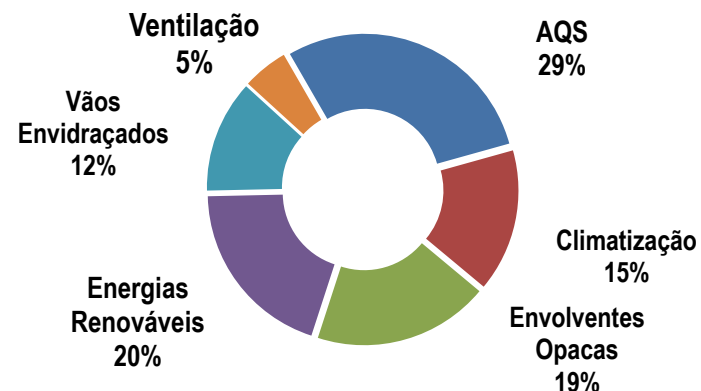
Produção estatística (certificados emitidos)



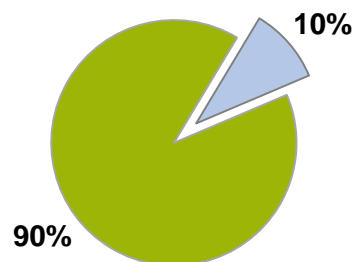
Avaliação dos níveis de desempenho do património



Quantificação do potencial de melhoria



Habitação
Serviços



- **Enquadramento legal**
- **Âmbito de aplicação do DL118/2013 de 20 Agosto**
- **Principais requisitos regulamentares**

SCE – Âmbito de Aplicação Positivo

Decreto-Lei 118/2013 de 20 de agosto

Artigo 3º - ponto 1

- ✓ **Edifícios Novos**
Pedido de Licença ou autorização/construção
- ✓ **Edifícios sujeitos a Grande Intervenção**
Pedido de Licença ou autorização/construção

Artigo 3º - ponto 3

- ✓ **Edifícios de Comércio e Serviços**
Área útil superior a 1000m² ou 500m²
- ✓ **Edifícios Públicos**
Propriedade pública, ocupados por uma entidade pública e frequentemente visitados e área útil superior a 500 m²

Artigo 3º - ponto 4

- ✓ **Todos os edifícios**
Sempre que entrem em processo de venda, ou locação (arrendamento)



Certificação Energética
e Ar Interior
EDIFÍCIOS

SCE – Quando é verificável?

Existência do certificado energético verificada em todos os processos

Artigo 5º - ponto 1

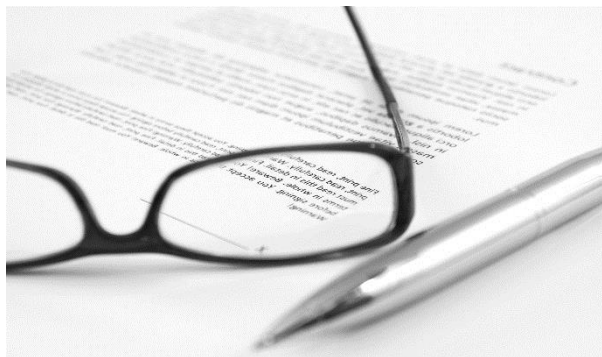
O pré-certificado e o certificado SCE são considerados certificações técnicas para efeitos do disposto no nº 7 do artigo 13ª do RJUE

(sendo obrigatórias na instrução de operações urbanísticas);



Controlo prévio de operações urbanísticas

Artigo 5º - ponto 2 – a)
(usualmente pelos
Serviços Camarários)



Celebração de contratos de compra/venda/locação

Artigo 5º - ponto 2 – b)
(consignação no número do
certificado nos contratos)



Fiscalização das atividades económicas

Artigo 5º - ponto 2 – c)
(pelas autoridades
administrativas competentes)

Artigo 5º - ponto 3

Dever de comunicação à Entidade Gestora quando não seja evidenciada a existência de certificado energético

SCE – Objeto de Certificação

Certificação energética por fração

REH - Edifícios de habitação

Artigo 6º - ponto 1

✓ **1 Certificado Energético (CE) por fração**

Artigo 6º - ponto 2

✓ **1 CE por fração prevista**

vir a existir após constituição em PH

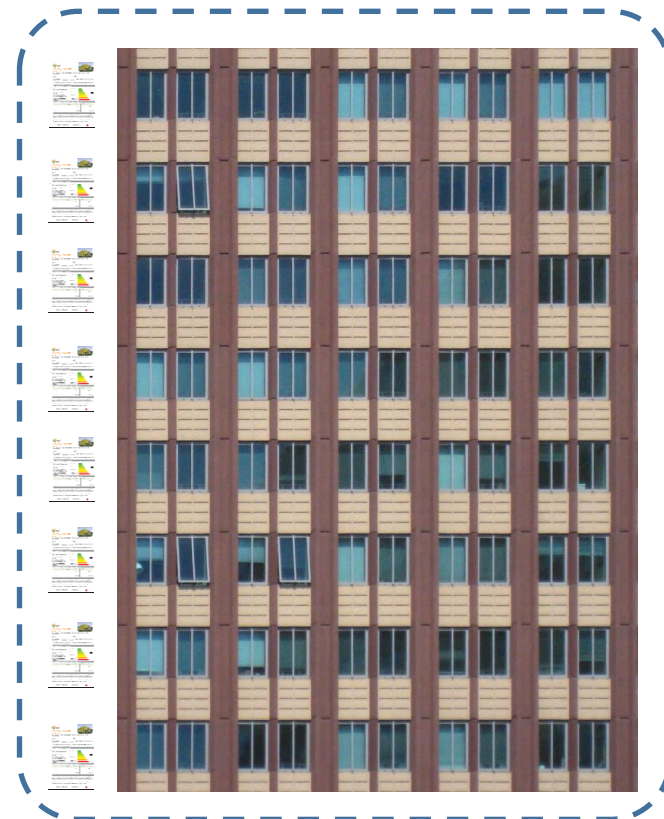
Artigo 6º - ponto 3

✓ **1 CE para a totalidade do edifício**

Apenas possível se todas as frações estiverem certificadas.
Mecanismo voluntário - Relevante nos casos de promoção do edifício como um todo, se o proprietário assim entender.

✓ **Definição de “Fração”**

A unidade mínima de um edifício, com saída própria para uma parte de uso comum ou para a via pública, independentemente da constituição de propriedade horizontal;



SCE – Objeto de Certificação

Certificação energética por fração

RECS - Edifícios de comércio e serviços

Artigo 6º - ponto 4

- ✓ Critério de decisão
Fração + Sistema de Climatização (SC)
- ✓ Frações servidas por SC centralizados dispensadas
- ✓ Frações sem sistemas ou com SC individuais tem certificado individual

Exemplo

Edifício comercial (13 frações – 8 certificados)

Certificado 1 – Fração n.º 1

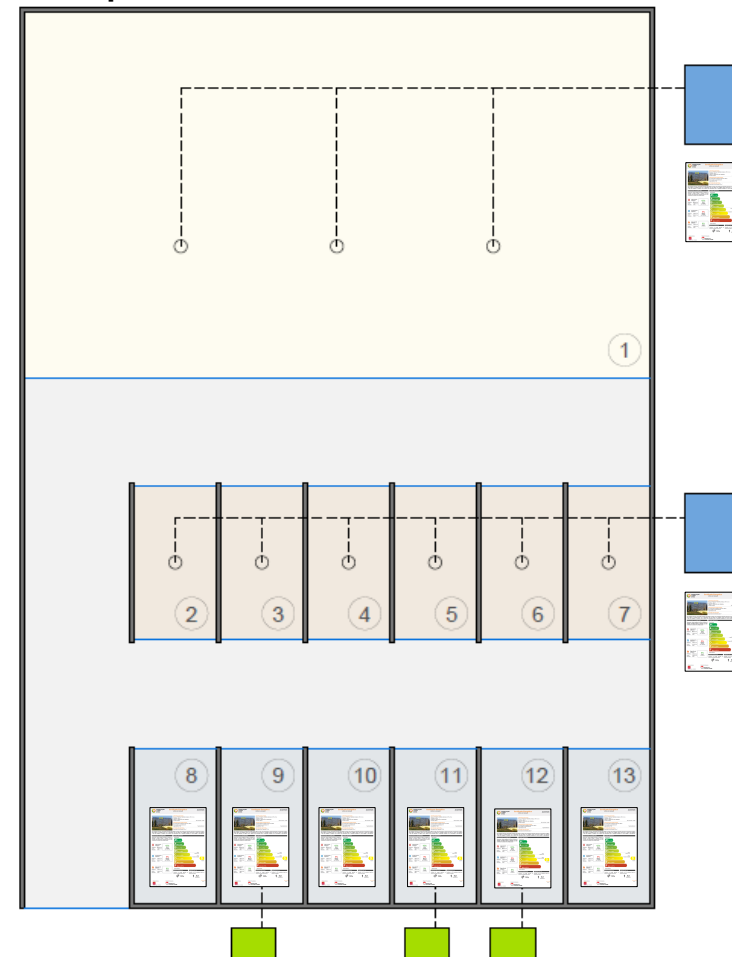
Certificado 2 – Fração n.º 2 a 7

Certificado 3 – Fração n.º 8

...

Certificado 8 – Fração n.º 13

Exemplo:



- Sistema de climatização centralizado
- Sistema de climatização individual
- Fração

A responsabilidade de emissão do CE é do proprietário

Definição de “Proprietário”

No âmbito do REH

1. Titular do direito de propriedade.

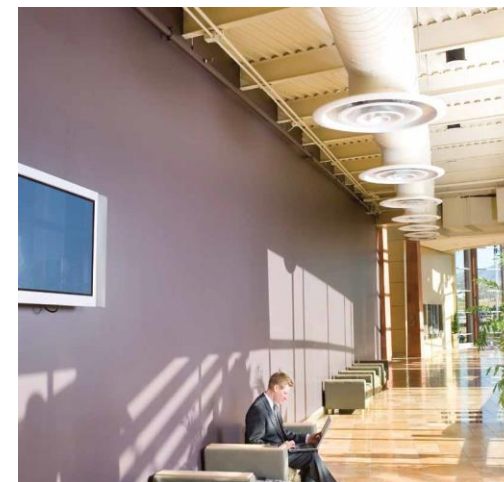
Adicionalmente e no âmbito do RECS

Pode ser titular de outro direito de gozo sobre um edifício ou fração, desde que:

2. **Detenha também o controlo dos sistemas de climatização e respetivos consumos**

3. **Seja o credor contratual do fornecimento de energia,**

exceto nas ocasiões de nova venda, dação em cumprimento ou locação pelo titular do direito de propriedade;

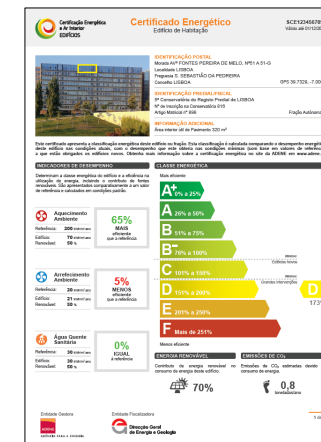


SCE - Proprietário

Obrigações

Artigo 14º

- ✓ **Obter o pré-certificado (PCE)**
- ✓ **Obter o certificado SCE**
e nos termos do RECS a sua renovação
- ✓ **No caso de Grandes Edifícios de Serviços (GES)**
 - Dispor de Técnico de Instalação e Manutenção para os sistemas técnicos;
 - Assegurar o cumprimento do Plano de Manutenção (quando aplicável);
 - Submeter ao SCE, por via de um Perito Qualificado, eventual Plano de Racionalização Energética;
- ✓ **Facultar ao PQ, a consulta dos elementos necessários à certificação**
- ✓ **Na venda e locação de edifícios**
 - Indicar classe energética nos anúncios publicados;
 - Entregar o certificado nos atos de celebração de contrato-promessa e contrato
- ✓ **Afixar o certificado energético em local visível e destaque**



Publicitação da classe energética

Novas exigências nos anúncios dos imóveis

Artigo 14º - ponto 1 - f)

- ✓ **Inclusão da classe energética nos anúncios**
Todos os edifícios em processo de venda ou locação
- ✓ **Numero do certificado - Profissionais podem aceder à BD do SCE e obter informação validada**
Web service fornece informação diversa

- ✓ **Manual de normas gráficas para publicitação**
De implementação facultativa pretende contribuir para a uniformização da informação prestada ao consumidor

Artigo 14º - ponto 2

- ✓ **Proprietários e promotores solidários na obrigação**
A obrigação de publicitação recai tanto no proprietário como na entidade que promove a venda



Magnífica Moradia de arquitectura moderna e acabamentos de luxo em fase de acabamentos, situada num exclusivo condomínio privado.

Contacto: 212 852 963



Mauris aliquet vestibulum faucibus. Praesent posuere nulla sit amet placerat mollis. Aenean ac felis nisl. Nunc sed tellus pretium, sodales nisl nec, egestas nibh. Pellentesque at volutpat erat. Mauris in ipsum vulputate, tincidunt quam at, dictum tortor. Integer rutrum dapibus gravida. Nunc eget dui mauris.

Imobiliária
www.imobiliária.com

Apartamento T3 Duplex
Travessa Palmeia Afonso, nº 21, 4 Dto, 1100-031 Lisboa
Excelentes áreas. Totalmente equipado com garagem.
Classe energética A+
Para Venda 125.666,45€

Afixação do Certificado Energético

Novas exigências

Artigo 8º - ponto 1 - a)

- ✓ Edifícios de **Comércio e Serviços**,
Novos e sujeitos a Grande Intervenção
Área útil superior a 500m² **

Artigo 8º - ponto 1 - b)

- ✓ Edifícios de **Comércio e Serviços** e os Edifícios
Públicos
Edifícios sujeitos a auditorias periódicas
Área útil superior a 500m² **

Artigo 8º - ponto 1 - c)

- ✓ **Restantes edifícios de Comércio e Serviços**
Sempre que entrem em processo de venda, ou locação
(arrendamento) e com área útil superior a 500m² **

** 250 m² a partir de 1 de julho 2015.



SCE – Modelos e validades dos documentos

Tipos e validade dos pré-certificados (PCE) e certificados SCE (CE)

Artigo 15º

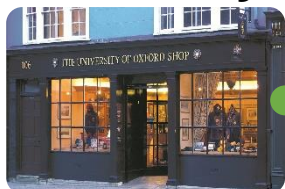
3 tipos

Habitação



Pequeno Edifício

Comércio e Serviços (PES)

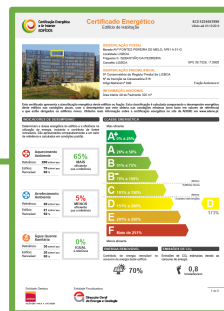


Grande Edifício

Comércio e Serviços (GES)



2 modelos



Validade

PCE (*) – 10 anos

CE – 10 anos

(*) Caduca com a licença
ou autorização de construção

PES – 10 anos

GES – 6 anos

Aspetos particulares de RECS:

- Em tosco – 1 ano (A)
- Sem PM – 1 ano (B)
- Com PRE – 6 anos (B)
- Devolutos – 1 ano (A)

Definições:

PM – Plano de Manutenção

PRE – Plano de Racionalização Energética

(A) – Prorrogável mediante solicitação à ADENE

(B) – Não prorrogável



Certificação Energética
e Ar Interior
EDIFÍCIOS

- **Enquadramento legal**
- **Âmbito de aplicação do DL118/2013 de 20 Agosto**
- **Principais requisitos regulamentares**

Requisitos exigidos ao nível de 2 eixos de atuação

Decreto-Lei 118/2013 - Edifícios de habitação

✓ Regulamento de desempenho Energético dos edifícios de Habitação (REH)

Princípios gerais		Comportamento Térmico	Eficiência Sistemas
Requisitos específicos	Novos	✓	✓
	Grandes intervenções	✓	✓
	Existentes		



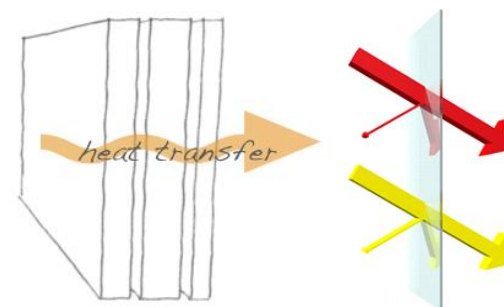
✓ Requisitos energéticos:

- Limitação de necessidades para **aquecimento**;
- Limitação de necessidades para **arrefecimento**;



✓ Requisitos de qualidade:

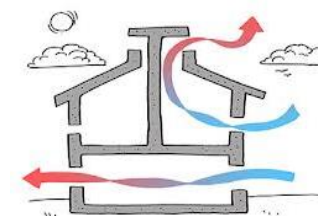
- Qualidade térmica da **envolvente opaca**
Minimização de ocorrência de patologias
- Fatores solares de **envidraçados**
Minimização de sobreaquecimento dos espaços;



✓ Requisitos de ventilação:

- Numero de **renovações** mínimas do **ar interior**

[caudal mínimo de 0,4 renovação por hora]



✓ Requisitos sobre sistemas técnicos:

- Requisitos **gerais**
Projeto, Conceção, Controlo, Manutenção...
- Requisitos de **eficiência**



✓ Sistemas solares térmicos

- Instalação obrigatória
Critérios de dimensionamento revistos – coletor padrão;
- Possibilidade de substituição por outros sistemas
Admitindo uma produção equivalente para AQS;



✓ Requisitos energéticos:

- Limitação das necessidades de energia primária

B⁻

✓ Requisitos energéticos diferenciados em função da época construtiva

Ano de construção	Aquecimento	Arrefecimento
Anterior a 1960	Sem limite	Sem limite
Entre 1960 e 1990	até + 25% QUE O LIMITE NOVOS	até + 25% QUE O LIMITE NOVOS
Posterior a 1990	até + 15% QUE O LIMITE NOVOS	até + 15% QUE O LIMITE NOVOS

- ✓ **Requisitos de qualidade** - Apenas aplicáveis aos elementos a intervencionar (envolvente opaca e envidraçados)
- ✓ **Requisitos de ventilação** - Número de **renovações** mínimas do **ar** interior
- ✓ **Dispensa de requisitos** - Mediante justificação e sem que haja agravamento do desempenho energético do edifício

✓ Requisitos sobre sistemas técnicos:

- Iguais aos aplicáveis aos edifícios novos

✓ Sistemas solares térmicos

- Instalação obrigatória - quando sistemas de produção e de distribuição de AQS sejam parte da intervenção
- Possibilidade de substituição por outros sistemas Admitindo uma produção equivalente para AQS;

✓ Requisitos energéticos:

- Limite das necessidades de energia primária flexibilizados em 50% (face aos edifícios novos)



SCE – Requisitos exigidos ao nível de 4 eixos de atuação

Decreto-Lei 118/2013 - Edifícios de comércio de serviços

✓ Regulamento de desempenho Energético dos edifícios de Comércio e Serviços (RECS)

Princípios gerais		Comportamento Térmico	Eficiência Sistemas	Qualidade Ar Interior	Instalação Condução Manutenção
Requisitos específicos	Novos	✓	✓	✓ 1)	✓
	Grandes intervenções	✓	✓	✓ 1)	✓
	Existentes			✓ 2)	✓

1) Por via do cumprimento de caudais mínimos de ar novo

2) Limiares de proteção para as concentrações de poluentes do ar interior

SCE – Requisitos exigidos ao nível de 4 eixos de atuação

Decreto-Lei 118/2013 - Edifícios de comércio de serviços

- ✓ **Generalidade dos requisitos semelhantes aos aplicáveis aos edifícios de habitação (REH)**
- ✓ **Requisitos de qualidade:**
 - Qualidade térmica da **envolvente opaca**
 - Fatores solares de **envidraçados**
- ✓ **Requisitos sobre sistemas técnicos:**
 - Requisitos **gerais**
 - Requisitos de **eficiência**

**Edifícios
Novos**

**Grandes
intervenções**

Comportamento Térmico

Eficiência Sistemas

SCE – Requisitos exigidos ao nível de 4 eixos de atuação

Decreto-Lei 118/2013 - Edifícios de comércio de serviços

Qualidade Ar
Interior

- ✓ Valores mínimos **de caudal de ar novo** determinados para cada espaço do edifício;
- ✓ Ventilação dos espaços com recurso a **meios naturais**, a **meios mecânicos** ou a uma combinação dos dois;
- ✓ Valores mínimos **de caudal de ar novo** de acordo com o estabelecido para edifícios novos;
- ✓ No caso de **incompatibilidades**, possibilidade de **redução em 30%**;
- ✓ Sujeitos ao **cumprimento dos limiares de proteção** e condições de referência dos poluentes a definir em Portaria, a garantir por parte do proprietários;

**Edifícios
Novos**

**Grandes
intervenções**

**Todos os
edifícios**

SCE – Requisitos exigidos ao nível de 4 eixos de atuação

Decreto-Lei 118/2013 - Edifícios de comércio de serviços

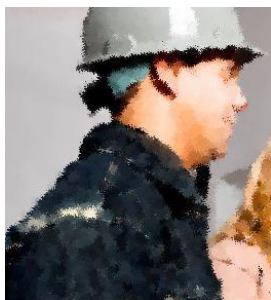
Instalação
Condução
Manutenção



- ✓ **Instalação de sistemas de climatização** - feita por equipa que integre um Técnico de Instalação e Manutenção (TIM).

Edifícios
Novos (*)

Grandes (*)
intervensões



- ✓ **Manutenção dos edifícios** – através de um TIM que garanta a correta manutenção do edifício e dos seus sistemas técnicos, supervisione as atividades realizadas nesse âmbito e assegure a gestão e atualização de toda a informação técnica relevante.

Todos os
edifícios (*)

- ✓ **Plano de manutenção** - sistemas técnicos (>250kW)

Determinação do indicador de eficiência energética

Desempenho energético - Condições reais vs referência

✓ Novo modelo de avaliação do desempenho energético



Edifício real

VS



Edifício de referência

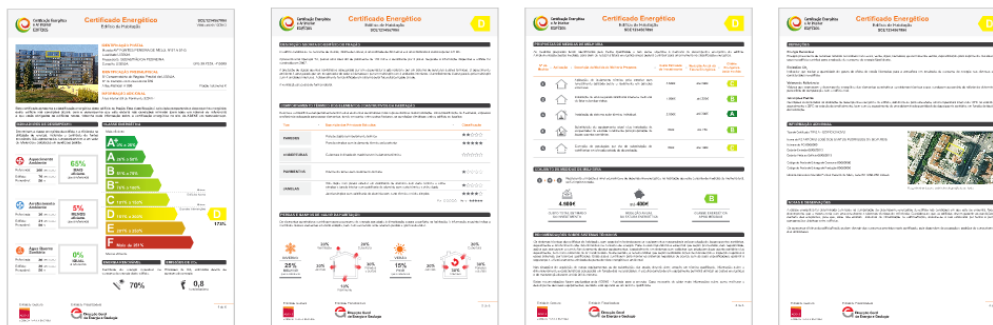
- **Envolvente** – Valores de referência para as componentes do edifício;
- **Sistema Técnicos** – Referência por tipo de ST / Forma de energia / EP;
- **Energia renovável** – Contributo inexistente nas condições de referência;
- **Restantes condições de referência** - Ausência de soluções de eficiência energética (recuperação de calor, caudais variáveis, etc...)

SCE – Novo Layout

O novo Certificado Energético - 1 Certificado – 2 targets



Consumidor final



Página 1 a 4

- Informação **simplificada**
- Incorporação de **referenciais**
- Indicadores **qualitativos**
- **Medidas de melhoria**
- **Recomendações**
- **Definições**



Profissional



Restantes páginas

- Informação **detalhada**
- **Resumos de indicadores**
- Verificação de **requisitos**
- **Melhor agregação** da informação
- **Medidas de melhoria**
- **Previsão de consumos**



Identificação do certificado e validade

Clara identificação do edifício

Maior expressão da etiqueta energética

Classes de desempenho de A+ a F

Introdução de referenciais

Contributo de energia renovável no edifício

Emissões de CO₂ estimadas

Consumo nominal de energia de referência e do edifício por uso

Quantidade de energia renovável por uso

Nível de eficiência para cada uso + eficiente / - eficiente

SCE – Novo Layout

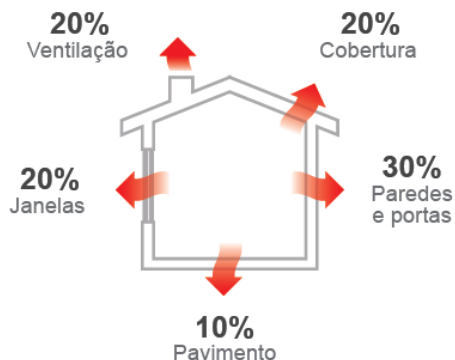
O novo Certificado Energético - Uma peça de comunicação

ENERGIA RENOVÁVEL



70%

PERDAS E GANHOS DE CALOR



INFORMAÇÃO ADICIONAL



Informação disponibilizada à data da geração deste certificado

Nº da Medida	• Aplicação	• Descrição da Medida de Melhoria Proposta	• Custo Estimado do Investimento (valor aproximado)	• Redução Anual da Fatura Energética	• Classe Energética (após medida)
--------------	-------------	--	---	--------------------------------------	-----------------------------------

1



Aplicação de isolamento térmico pelo exterior com revestimento aplicado sobre o isolamento em paredes exteriores.

3.500€

até 300€



CONJUNTO DE MEDIDAS DE MELHORIA

1 + 4 + 5



4.900€

**CUSTO TOTAL ESTIMADO
DO INVESTIMENTO**

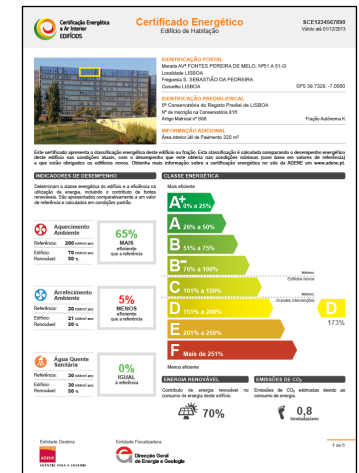


até 400€

**REDUÇÃO ANUAL
DA FATURA ENERGÉTICA**



Certificação Energética
e Ar Interior
EDIFÍCIOS



SESSÃO DE PERGUNTAS & RESPOSTAS

Artigo 53º - Regime transitório

2 – No caso de edifícios cujo projeto de arquitetura dê entrada na entidade licenciadora antes da entrada em vigor do presente diploma:

a) É dispensada, por solicitação do interessado, a aplicação das normas previstas no presente diploma em sede de REH e de RECS para edifícios novos ou sujeitos a grande intervenção, sem prejuízo da obrigação de inclusão no processo de licenciamento de **demonstração do cumprimento dos requisitos aplicáveis, decorrentes da legislação vigente à data do respetivo licenciamento**, ou do cumprimento dos requisitos ser atestado por termo de responsabilidade subscrito por técnico autor de projeto legalmente habilitado;

b) Para efeitos do SCE, e no que respeita exclusivamente á determinação da classe energética do edifício, o mesmo não se encontra limitado às classes exigidas para edifícios novos ou sujeitos a grandes intervenções.

Como concluir um processo que teve inicio antes da entrada em vigor do DL 118/2013?

SCE - Enquadramento legal

Como concluir um processo que teve início antes da entrada em vigor do DL 118/2013?

Anterior a
Julho de 2006



A partir de
Julho 2006

Até 1 Dez
de 2013

A partir de 1
Dez de 2013

O processo de controlo prévio tem início antes de 4 de Julho de 2006:

- Arquitetura aprovada antes de 4 de Julho de 2006;
- Especialidade entregue, de acordo com a legislação em vigor (DL 40/90 ou 118/98)
- Sem Declaração de Conformidade regulamentar (DCR). SCE não aplicável

Fase
Licença de edificação

(Não considerado)

Fase
Autorização de utilização



TR Autor de projeto
(DL 40/90 ou 118/98)



TR Diretor de obra



Certificado Energético
(tipo existente – qualquer classe energética)



A definir pelo Município (entidade licenciadora)



Certificação Energética
e Ar Interior
EDIFÍCIOS

TR - Termo de responsabilidade

SCE - Enquadramento legal

Como concluir um processo que teve início antes da entrada em vigor do DL 118/2013?




O processo de controlo prévio tem início entre Julho/06 e Dezembro/13


- Arquitetura aprovada após 4 de Julho de 2006;
- Especialidade entregue, de acordo com a legislação em vigor (DL 79/2006 ou 80/2006)
- Com ou sem Declaração de Conformidade Regulamentar (antes ou depois do SCE)

Fase Licença de edificação

- ✓ Projeto de especialidade (DL 79/2006 ou 80/2006)
- ✓ Com ou sem DCR

Fase Autorização de utilização

- ? TR Autor de projeto (DL 79/2006 ou 80/2006)
- ✓ TR Diretor de obra 
- ✓ Certificado Energético (tipo existente – qualquer classe energética)

- ? A definir pelo Município (entidade licenciadora)
-  Necessário para efeito de emissão de certificado energético

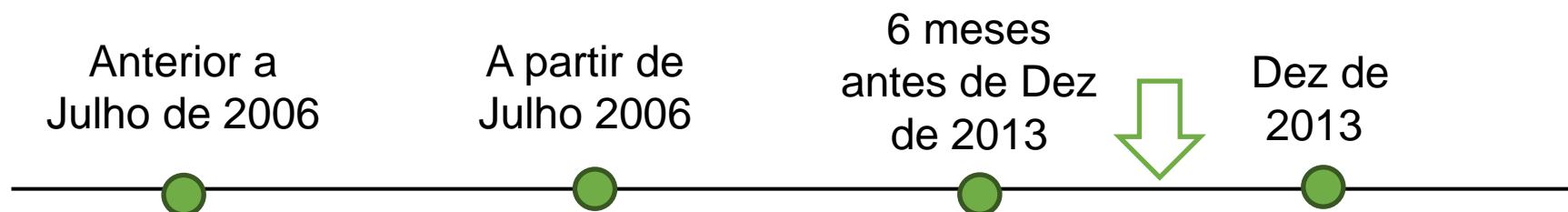


Certificação Energética
e Ar Interior
EDIFÍCIOS

TR - Termo de responsabilidade

SCE - Enquadramento legal

Como concluir um processo que teve início antes da entrada em vigor do DL 118/2013?



O processo de controlo prévio tem início 6 meses antes de Dezembro/13

- Arquitetura aprovada 6 meses antes de 1 de Dezembro 2013;
- Hipótese A – Entrega de especialidades antes de 1 de Dezembro 2013
- Hipótese B – Entrega de especialidades após 1 de Dezembro 2013

Fase - **Licença de edificação**

Hipótese A

- ✓ Projeto de especialidade (DL 79/2006 ou 80/2006)
- ✓ Com DCR

Hipótese B1

- ✓ Pedido de dispensa (da aplicação do DL118/2013)
- ❓ Projeto de especialidade (DL 79/2006 ou 80/2006)
- Sem DCR ou PCE
- Figura DCR – revogada
- Figura PCE – só para DL 118/2013

Hipótese B2

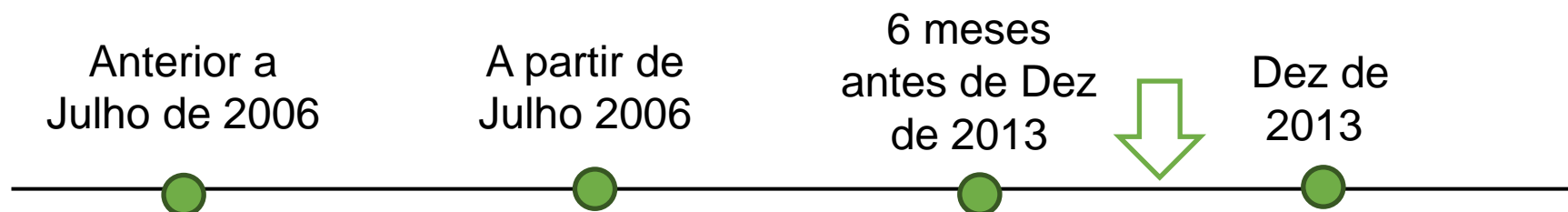
- ✓ Projeto de especialidade (DL 118/2013)
- ✓ Com PCE



A definir pelo Município (entidade licenciadora)

SCE - Enquadramento legal

Como concluir um processo que teve início antes da entrada em vigor do DL 118/2013?




O processo de controlo prévio tem início 6 meses antes de Dezembro/13


- Arquitetura aprovada 6 meses antes de 1 de Dezembro 2013;
- Hipótese A – Entrega de especialidades antes de 1 de Dezembro 2013
- Hipótese B – Entrega de especialidades após 1 de Dezembro 2013

Fase - **Autorização de utilização**

Hipótese A


- ❓ TR Autor de projeto (DL 79/2006 ou 80/2006)
- ✓ TR Diretor de obra 
- ✓ Certificado Energético (tipo existente – qualquer classe energética)

Hipótese B1

- ❓ TR Autor de projeto/Obra (DL 79/2006 ou 80/2006)
- ✓ TR Diretor de obra 
- ✓ Certificado Energético (tipo existente – qualquer classe energética)

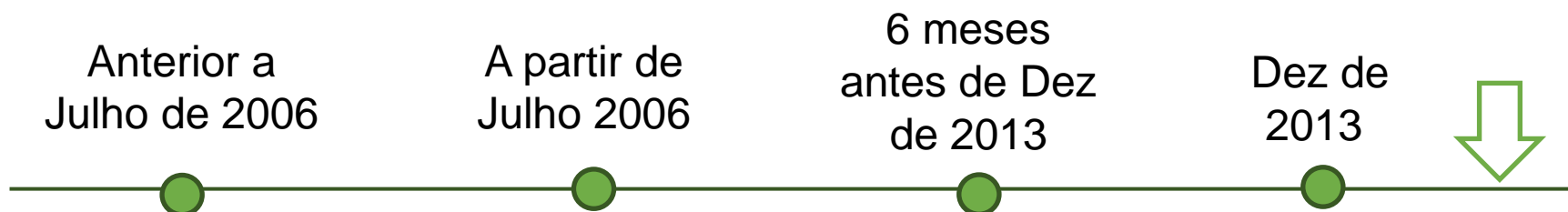
Hipótese B2

- ✓ TR Diretor de obra (Portaria 349-C/2013)
- ✓ Ficha n.º 2 (Portaria 349-C/2013)
- ✓ Certificado Energético (Mínimo: novo B-, Grande interv. C)

- ❓ A definir pelo Município (entidade licenciadora)
-  Necessário para efeito de emissão de certificado energético

SCE - Enquadramento legal

Como concluir um processo que teve início antes da entrada em vigor do DL 118/2013?



O processo de controlo prévio após 1 de Dezembro/13

- Arquitetura entregue após de 1 de Dezembro 2013;

Fase

Licença de edificação

- ✓ TR Autor de projeto
(Portaria 349-C/2013)
- ✓ Projeto de especialidade
(Portaria 349-C/2013)
- ✓ Com PCE
(Mínimo: novo B-, Grande interv. C)

Fase

Autorização de utilização

- ✓ TR Diretor de obra
(Portaria 349-C/2013)
- ✓ Ficha n.º 2
(Portaria 349-C/2013)
- ✓ Certificado Energético
(Mínimo: novo B-, Grande interv. C)



Estão excluídos do REH:

Artigo 23º - Âmbito de aplicação

3 – Excluem-se do âmbito do REH os seguintes edifícios e situações particulares:

- a) Edifícios não destinados a habitação;
- b) Monumentos e edifícios individualmente classificados ou em vias de classificação (DL 115/2011 e 265/2012), e aqueles a que seja reconhecido especial valor arquitetónico ou histórico pela **entidade licenciadora** ou outra entidade competente;
- c) Os edifícios integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, ou situados dentro de zonas de proteção (DL 115/2006 e 265/2012), quando seja atestado pela **entidade licenciadora**, ou por outra entidade competente, nas situações em que o cumprimento dos requisitos mínimos é suscetível de alterar de forma inaceitável o seu caráter ou aspeto.

SCE - Enquadramento legal

Que edifícios estão excluídos do âmbito do RECS?

Estão excluídos do RECS:

Artigo 33º - Âmbito de aplicação

3 – Excluem-se do âmbito do RECS os seguintes edifícios e situações particulares:

- a) Edifícios destinados a habitação;
- b) Instalações industriais, agrícolas ou pecuárias (licenciado para estes usos);
- c) Edifícios utilizados como local de culto ou para atividades religiosas (licenciados para estes usos);
- d) Edifícios ou frações, destinados a armazéns, estacionamento, oficinas e similares (licenciado para estes usos);
- e) Monumentos e edifícios individualmente classificados
- f) Os edifícios integrados em conjuntos ou sítios classificados

SCE - Enquadramento legal

Que edifícios estão excluídos do âmbito do SCE?

Estão excluídos do SCE:

Artigo 4º - Âmbito de aplicação negativo

3 – Excluem-se do âmbito do SCE os seguintes edifícios e situações particulares:

- a) Instalações industriais, agrícolas ou pecuárias. Nota ADENE/DGEG: sempre que o licenciamento se enquadre nestes usos;
- b) Edifícios utilizados como local de culto ou para atividades religiosas. Nota ADENE/DGEG: Para os edifícios em que a prática de culto é a atividade principal. Se o local de culto se inserir num edifício que desenvolve outras atividades, essas atividades poderão estar sujeitas ao SCE;
- c) Edifícios ou frações, exclusivamente destinados a armazéns, estacionamento, oficinas ou similares.

Nota ADENE/DGEG: Consideram-se igualmente excluídas as zonas administrativas de apoio às atividades referidas nas alíneas a), b) e c) , desde que façam parte integrante do edifício.

SCE - Enquadramento legal

Que edifícios estão excluídos do âmbito do SCE?

Estão excluídos do SCE:

Artigo 4º - Âmbito de aplicação negativo

3 – Excluem-se do âmbito do SCE os seguintes edifícios e situações particulares:

d) Os edifícios unifamiliares com área útil de pavimento igual ou inferior a 50 m².

Estão igualmente dispensados da verificação dos requisitos REH, nos termos do ponto 6 artº 26º e 27º.

Definição de “**Área interior útil da pavimento**”: o somatório das áreas medidas em planta pelo perímetro interior, de todos os espaços interiores úteis pertencentes ao edifício ou fração em estudo no âmbito do REH.

SCE - Enquadramento legal

Que edifícios estão excluídos do âmbito do SCE?

Estão excluídos do SCE:

Artigo 4º - Âmbito de aplicação negativo

3 – Excluem-se do âmbito do SCE os seguintes edifícios e situações particulares:

f) Edifícios em ruínas

Definição “**Edifício em ruínas**”: edifício existente com tal degradação da sua envolvente que, para efeito do presente diploma, fica prejudicada, total ou parcialmente, a sua utilização para os fins a que se destina, como comprovado por **declaração da câmara municipal** respetiva ou pelo perito qualificado, cumprindo a este proceder ao respetivo registo no SCE.

Para discussão:

Que tipo de declaração são emitidas pelos Municípios e em que circunstâncias?

SCE - Enquadramento legal

Grande Intervenção no DL 118/2013

Alínea gg) artigo 2º DL118/2013

“Grande Intervenção”: a intervenção em edifícios que não resulte na edificação de novos corpos e em que se verifique:

- a) O custo da obra relacionada com a envolvente ou com os sistemas técnicos, preexistentes, seja superior a 25% do valor da totalidade do edifício, com exclusão do valor do terreno onde está implantado, ou;
- b) Tratando-se de uma ampliação, o custo da parte ampliada exceder em 25% do valor do edifício existente.

Intervenção: Para efeito de determinação do valor do edifício, a área a considerar nos cálculos é a área total de construção (ou da totalidade das frações);

Ampliação: Para efeito de determinação do valor do edifício, a área a considerar nos cálculos é a área total de construção (ou da totalidade das frações) ou área interior útil para efeito de edifícios no âmbito do RECS;

Preço por m²: Definido na Portaria nº 353/2013, 4 de dezembro. (CB – zona III) - 634,41€

Relação entre o SCE e a Grande Intervenção:

- Se a intervenção ou ampliação **se configurar como uma Grande Intervenção**:
 - ✓ O edifício/fração fica sujeito ao SCE, sendo necessário emitir um PCE em fase de licença de edificação e um CE em fase de autorização de utilização, para a totalidade do edifício/fração, quer a intervenção seja total ou parcial, ficando o edifício sujeito aos requisitos do REH ou do RECS;
- Se a intervenção ou ampliação **não se configurar como Grande Intervenção**:
 - ✓ O edifício/fração não fica sujeito ao SCE, REH E RECS (pese embora seja recomendável que tenham estes em consideração).

Ampliação que dê origem a um novo Corpo

- Se a ampliação de um novo corpo **se configurar como uma Grande Intervenção**:
 - ✓ O corpo ampliado deve cumprir com os requisitos da envolvente (artigo 28º ou artigo 42º do DL 118/2013), e o edifício na sua globalidade fica sujeito ao SCE, sendo necessário emitir um PCE em fase de licença de edificação e um CE em fase de autorização de utilização, ficando o mesmo sujeito aos requisitos do REH ou do RESC;
- Se a ampliação de um novo corpo **não se configurar como Grande Intervenção**:
 - ✓ O edifício/fração não fica sujeito ao SCE, REH e RECS (pese embora seja recomendável que tenham estes em consideração).

Constitui uma OBRIGAÇÃO, que os processos de certificação energética realizados pelos técnicos SCE (**PQ1 e PQ 2**) ...

Lei nº 58/2013, 20 de agosto

Artigo 6.º

Deveres profissionais

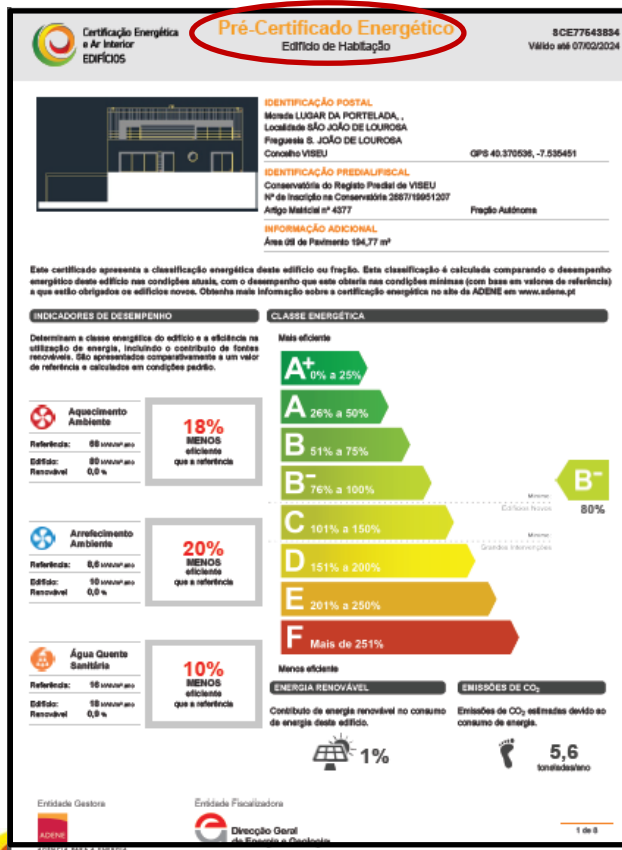
2 - Constitui dever profissional dos técnicos do SCE o exercício das suas funções em condições que garantam a sua total independência e a ausência de conflitos de interesses, nomeadamente não exercendo a sua atividade relativamente a edifício de que seja proprietário ou arrendatário ou para o qual tenha subscrito ou preveja vir a subscrever projeto de arquitetura ou de especialidade, termo de responsabilidade na qualidade de diretor de obra ou de diretor de fiscalização ou que, não obstante não subscreva qualquer termo de responsabilidade, integre ou preveja integrar a equipa de direção de obra ou de direção de fiscalização de obra.



SCE - Enquadramento legal

Pré-certificado converte-se em certificado SCE

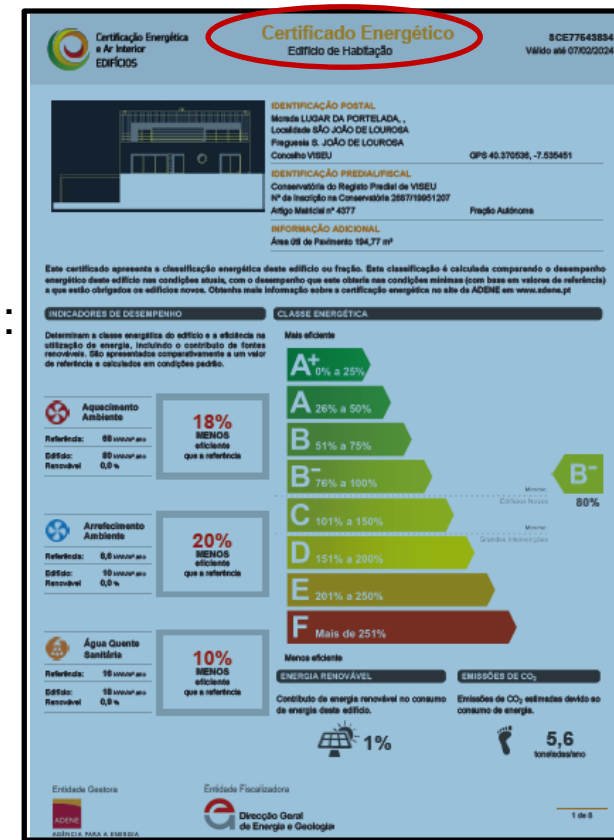
Artigo 15º - Concluída a obra o PCE converte-se em CE mediante a apresentação de termo de responsabilidade do autor do projeto e do diretor técnico atestando que a obra foi realizada de acordo com o projeto (PCE)



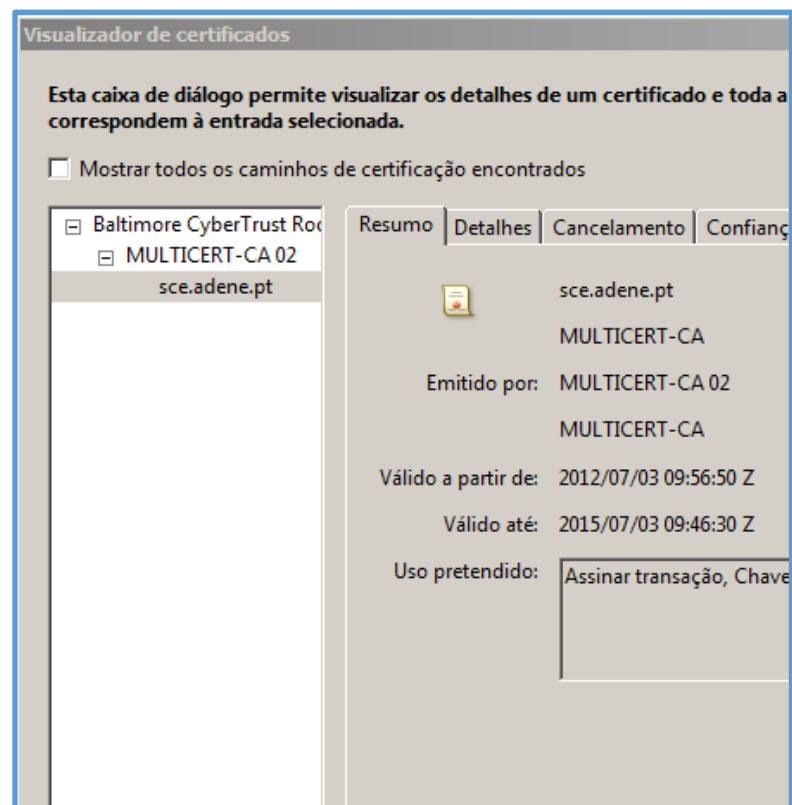
Através do portal SCE

PQ converte e atualiza a informação do PCE para o CE :

- Termos de responsabilidade do autor de projeto e diretor técnico
- Catálogos, certificados, entre outros elementos que melhor caracterizem os componentes e sistemas técnicos instalados;
- Resultados de eventuais relatórios ou ensaios realizados;
- Restante informação recolhida de suporte ao processo de certificação



- Os **PQ** **acedem a esta plataforma através de credencias**, garantindo a segurança do procedimento.
- Os documento emitidos pelos PQ na plataforma do SCE, são disponibilizados em formato PDF, **assinados digitalmente pela ADENE** e com proteções de segurança.
- A estes documentos **não é possível adicionar outras assinaturas digitais**, devendo o PDF ser aceite com a assinatura da ADENE.
- De momento o PDF disponibilizado não se encontra abrangido pela norma PDF/A (em adaptação).



A ADENE encontra-se a desenvolver ferramentas que permitam aos Municípios desempenhar um papel mais ativo no âmbito do SCE.

Destacam-se as seguintes funcionalidades a desenvolver:

- **Consulta de processos de certificação** energética e edifícios;
- **Consulta de legislação e restante documentação de apoio** à certificação energética de edifícios;
- **Canal dedicado para troca de informação** ou questões com a ADENE e relacionada com os processos de certificação energética de edifícios;
- **Dados estatísticos** de diversa natureza relacionados com a energia e os edifícios, para o Município e Distrito onde este se encontra localizado.
- Outros.... (a discutir...)

Obrigado pela atenção dispensada.

Centro Serviço a clientes (tel.214 722 800)

sce@adene.pt

www.adene.pt

